

ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA ABORDAGEM SOBRE OS INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS: 1995 -2008¹

AN ANALYSIS OF PUBLIC FINANCES IN SOUTHERN BRAZIL: A STUDY ON INVESTMENTS AND FINANCIAL INVERSIONS (1995-2008)

Ewerson Gonçalves Zadra Pacheco²

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo, demonstrar a evolução das finanças públicas da região sul do Brasil com uma abordagem específica sobre os investimentos e inversões financeiras no período de 1995 a 2008. Verificando assim a eficiência da administração quanto à captação e alocação dos recursos nessas determinadas áreas. Para respaldar os resultados observados, utiliza-se a concepção teórica do setor público, ou seja, conceitos teóricos sobre os gastos públicos e as despesas públicas, uma vez que em meados do século XX, a maneira do governo intervir na economia sofreu modificações. Considerando os resultados, a região sul do Brasil demonstrou nos últimos dois períodos de governos pouca destinação de recursos para as áreas determinadas no estudo.

Palavras-chave: Finanças públicas. Gasto público. Eficiência.

Abstract

This study aims to demonstrate the evolution of public finances of southern Brazil with a specific approach on financial investments and investments from 1995 to 2008 so Checking the efficiency of the administration regarding the collection and allocation of resources in these certain areas. To support the observed results, we use the theoretical conception of the public sector, that is, theoretical concepts on public spending and public spending since the mid-twentieth century, the government's way intervene in the economy was modified. Considering the results, the southern region of Brazil has shown in the last two periods of little governments allocate resources to certain areas in the study.

Keywords: Public finance. Public spending. Efficiency.

Sumário: 1. Introdução. 2. Procedimentos metodológicos. 2.1. Método. 2.2. Quanto aos objetivos da pesquisa. 2.3. Quanto aos procedimentos adotados. 2.3.1. Indicadores de Avaliação Financeira e Performance. 2.4 Quanto as técnicas de análise de dados. 3. Revisão de literatura. 3.1. Gastos públicos e os modelos teóricos. 3.2. Despesas

¹ Artigo submetido em 21/04/2015, pareceres de aprovação em 25/05/2015, 08/06/2015 e 26/06/2015, aprovação comunicada em 24/07/2015.

² Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2012). Especialização em Auditoria e Perícia Financeira Pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2014). Professor Universitário em Castro PR no Instituto Educacional de Castro INEC e na Faculdade Santa Amélia - SECAL em Ponta Grossa - PR ministrando as disciplinas de Introdução a Economia, Matemática Financeira e Mercado de Capitais E-mail: <ewersonz@yahoo.com.br>.

governamentais: descrição. 4. Receitas públicas. 5. Caracterização das receitas e a LRF. 5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). 6. Análise dos Resultados. 6.1 Indicadores de avaliação financeira e performance: despesas. 7 Considerações finais. 8. Referências.

1 INTRODUÇÃO

A delimitação do perfil das finanças públicas de um estado ou região, traz em sua essência a possibilidade de investigar a ação pública como agente econômico, inserido em processo contínuo e constante de definição de limite operacionais, que ora se aproxima dos ajustes praticados pelo mercado e ora se afasta dessa vertente. Inequivocamente, o que deveria estar no centro do debate, é potencial de realização dos objetivos propostos pelos gestores.

Nós últimos séculos, a visão do estado quando aos mecanismos de intervenção na economia, explicitados a partir de 1931 com o presidente norte americano Franklin D. Roosevelt, com proposta de ação do governo para alavancar o crescimento econômico, através do conhecido New Deal, alicerçou-se nas bases de grandes dispêndios públicos em obras públicas.

A partir disso os países iniciam uma nova concepção sobre como os governos podem atuar na economia, contrapondo as teorias Adam Smith (1996) e Ricardo (1982) que atrelavam a eficiência da economia, o equilíbrio, a não intervenção do governo, cuja “mão invisível”, na concepção de Adam Smith (1996), conduziria a economia de maneira sustentável.

Todavia Marshall (1982), afirmava que era necessária a intervenção do governo na economia como forma de controlar e evitar o aparecimento de monopólios e oligopólios, visto que essas estruturas de mercado favoreceriam uma pequena parcela da população, levando a economia incorrer em concentrações de rendas. Keynes (1985), por sua vez, argumentava que o governo deveria agir de maneira não diferente do pensamento de Marshall (1982), pois segundo o mesmo o princípio do *laissez-faire*, onde com cada individuo buscando maximizar seus objetivos únicos, não atenderia a demanda coletiva, forçando o governo a conduzir a economia para o que se convencionalmente se chama o estado do bem estar social.

As teorias evidenciam a necessidade de uma interferência maior do estado na economia, contudo nos últimos anos os países centrais, como por exemplo, os países europeus, o Japão e os Estados Unidos, passaram a defender o “estado do bem-estar social”, cuja ação econômica nas ultimas décadas gerou uma elevação bastante considerável dos gastos públicos, ocasionando problemas de liquidez nas finanças públicas.

No caso brasileiro, além do conhecido aumento dos gastos públicos, o debate caminha na direção do questionamento sobre a eficiência ou não dos serviços prestados pelo governo, revestindo de importância a investigação sobre a busca o conhecimento e o estabelecimento de propostas de alocação eficiente do dinheiro público.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Método

No intuito de apresentar os métodos utilizados no presente trabalho, apresenta-se uma descrição da metodologia utilizada. Segundo Munhoz (1989), a metodologia é antes uma definição de critérios de caráter subjetivo sobre o como fazer, e não o simples preenchimento de um eventual pré-requisito meramente formal para a materialização da pesquisa.

Nesta pesquisa foi utilizado o método objetivo que, segundo Munhoz (1989), fundamenta a análise em evidências em relação com o que foi pesquisado. Preocupa-se em atrair a atenção para fenômenos concretos com uma investigação atrelada á dados da realidade observada.

2.2 Quanto aos objetivos da pesquisa

Analisar o gasto público e a receita pública da região sul do Brasil dando ênfase aos investimentos e inversões financeiras no período de 1995 a 2008. Permitindo assim traçar um perfil das finanças públicas da região, posterior a isso

identificar e caracterizar as receitas e as despesas com investimentos e inversões financeiras construindo indicadores e avaliando resultados.

2.3 Quanto aos procedimentos adotados

2.3.1 Indicadores de Avaliação Financeira e Performance:

Os procedimentos adotados na metodologia foi o indicador de despesas com investimentos sobre as despesas totais, mostra o quanto das despesas totais é destinado para os investimentos, tais como, saneamento básico, construções de escolas, estradas, hospitais, utensílios para a segurança pública, etc. Para o cálculo desse indicador utiliza-se a formula 01, sendo ($I_{D.Inv.}$) o indicador, ($D.I$) as despesas com investimentos em valores monetários e ($D.T$) as despesas totais em valores monetários.

$$I_{D.Inv.} = \frac{D.I}{D.T} \quad (01)$$

2.4 Quanto as técnicas de análise de dados

Foram construídos indicadores, que possibilitem uma análise mais consistente sobre a situação das finanças públicas da esfera de governo deste estudo. Os indicadores levam em consideração três metodologias: indicadores de ajuste fiscal, indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal e indicadores de avaliação financeira de performance.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 GASTOS PÚBLICOS E OS MODELOS TEÓRICOS

Os gastos públicos têm como principal função promover o estado de bem estar social de uma região, através da prestação de serviços públicos básicos e também pelos investimentos realizados em todas as esferas governamentais seja elas federais, estaduais ou municipais. Na visão de Riani (2009, p.53).

Podemos definir separadamente gastos públicos e gastos governamentais. Em resumo os gastos governamentais compõem as despesas efetuadas pelas unidades que fazem parte da administração governamental direta, composta por órgãos ligados diretamente ao poder central, federal, estadual ou municipal, tais como, ministérios, secretarias, autarquias e fundações.

Já os gastos públicos referem-se à soma dos gastos governamentais mais os investimentos na atividade produtiva do governo, ou seja, são os gastos com as estatais para a produção e venda de bens e serviços à população, sendo esses financiados pela venda dos bens e serviços produzidos.

Com base em Riani (2009, p. 54), os gastos governamentais, diretos e indiretos seguem três formas básicas de composição: as despesas agregadas, que possibilitam uma avaliação macroeconômica das contas públicas, as transferências de assistência e previdência e os juros da dívida pública interna.

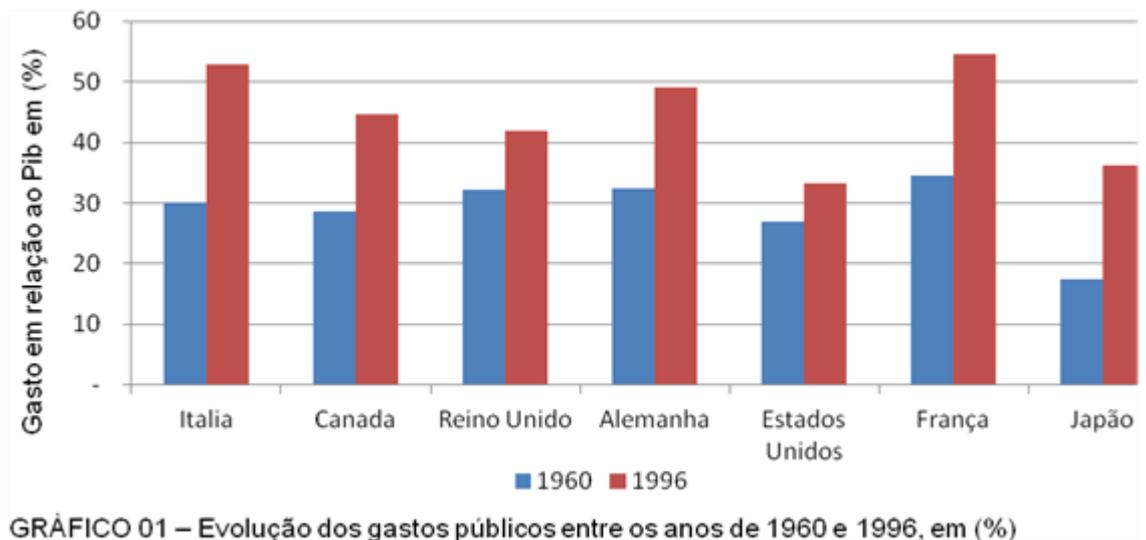
Evidencia-se que os gastos públicos vêm aumentando e com o passar dos anos isso tem se agravado, tornando necessário um planejamento eficaz e a adoção de políticas específicas para assim melhor distribuir os recursos destinados a prestação de serviços públicos. Na tabela 1, na qual está explanado a evolução dos gastos públicos com o PIB de cada país, mesmo nos países centrais, com maior preocupação com a implementação do estado de bem estar social, existe uma preocupação com a busca de uma alocação mais eficiente.

TABELA 1 - CRESCIMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS EM RELAÇÃO AO PIB

Países por ordem de gasto e anos selecionados – Percentuais					
Classificação	Países	Anos		Δ(%)	
		1960	1996		
1°	Itália	30,10	52,90	76	
2°	Canadá	28,60	44,70	56	
3°	Reino Unido	32,20	41,90	30	
4°	Alemanha	32,40	49,00	51	
5°	Estados Unidos	27,00	33,30	23	
6°	França	34,60	54,50	58	
7°	Japão	17,50	36,20	17	
	Média simples	28,91	44,54	57	

Fonte: Banco Mundial. Economia do Setor Público, Riani F. 5. ed. 2009, p. 57.

O gráfico 01 denota a evolução gradativa dos gastos públicos em países considerados desenvolvidos, evidenciando um aumento substancial, colocando em risco a saúde das finanças públicas dos países analisados.



Os modelos macro e microeconômicos que permitem uma melhor visualização do crescimento e do comportamento gastos públicos ao longo dos tempos, os modelos macroeconômicos analisam os gastos públicos através do tempo e de variáveis agregadas como o produto interno bruto (PIB), entre eles têm-se:

A Lei de Wagner, desenvolvida por Adolph Wagner (1958) baseada em observações empíricas em países como a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão de que os gastos públicos cresciam mais que o PIB, nas palavras de RIANI (2009, p.59):

(...) o crescimento das atividades do governo era uma consequência natural do progresso social. Com isso, seria também inevitável o crescimento dos gastos públicos (...) Baseado em observações empíricas, mostrou que, quando a produção per capita aumentava, as atividades do estado e seus gastos aumentavam e proporções maiores do que o produto. (RIANI F., 2009, p. 59).

Sendo que para tal afirmação, Wagner (1958) se baseou em três argumentos que referem a expansão das atividades do estado em relação à administração e segurança, devido à substituição das atividades privadas pelas públicas junto com o crescimento populacional, o urbanismo e a divisão do trabalho,

causados pela industrialização, que se constituem em fatores preponderantes para uma maior participação do estado na economia, ocasionando o aumento dos gastos público. Outro fator destacado no modelo de Wagner (1958) é o aspecto cultural e do bem-estar, pois quando a renda real se eleva a demanda por educação, saúde, lazer e outros serviços relacionados ao bem-estar aumentam mais que a renda, e nesses casos os bens são classificados como bens superiores ou elásticos exigindo um maior dispêndio do estado para o custeio desses serviços. Outra observação considera que as mudanças tecnológicas e de escala crescente de investimentos, obrigariam o governo a intervir na economia como função estabilizadora, visto que o cenário econômico proporcionava o aparecimento de monopólios.

Já Musgrave (1969) Rostow (1974) e Herber (1979) analisam o crescimento dos gastos públicos através dos estágios de crescimento. Musgrave (1969) descreve que, o setor público tem fundamental importância para início do desenvolvimento econômico do país, através de investimentos em áreas básicas como saúde, educação e infra - estrutura.

Rostow (1974) por sua vez, explica que os gastos públicos podem se elevar nos últimos estágios de desenvolvimento devido ao fato de que as necessidades de serviços públicos como educação, segurança e lazer tendem a aumentar mais que proporcionalmente ao do que os gastos com infra-estrutura.

Herber (1979) trata o gasto público muito similar a forma de Musgrave (1969) e Rostow (1974), contudo representa um estágio de desenvolvimento econômico e social de um país através dos períodos de industrialização.

No período de 1890 e 1955 Peacock e Wiseman (1967), analisaram os gastos públicos do Reino Unido e estabeleceram duas preposições básicas: A primeira de relacionar os valores per capita dos gastos totais com o PIB e analisar os gastos em épocas de distúrbios sociais. Em suas análises concluíram que os gastos públicos cresciam relativamente mais que o produto, e que as duas guerras mundiais ocasionaram mudanças nos gastos públicos naquele país. Essa alteração foi denominada por eles como efeito deslocamento, ocorrido também na crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos.

Os modelos microeconômicos denotam fatores que determinam e influenciam a produção e a oferta dos serviços públicos, sendo que tentam explicar o

caminho dos gastos públicos e as causas de seu crescimento, não existindo preocupação com o equilíbrio orçamentário e com a eficiência da oferta pública, apoiando-se em preposições simples e usando análises estatísticas comparativas.

O governo oferta bens e serviços à população de modo compatível a sua demanda, todavia a demanda de um bem qualquer oferecido pelo governo pode se alterar de maneira diferenciada o que, conseqüentemente, eleva o gasto do público.

O crescimento da população e sua faixa etária também são motivos para o aumento dos gastos públicos. Com o aumento da população a demanda por bens como saúde e educação entre outros, irá aumentar. Caso haja predominância de pessoas com idade avançada, à demanda por asilos também irá aumentar e isso ocorre devido às características do país na estratificação etária. Já se a população jovem cresce conseqüentemente a demanda passar a ser por creches e escolas.

Segundo Riani (2009 p. 72) em geral esses métodos e observações empíricas, mostram que o crescimento dos gastos públicos através de várias razões apontadas pelos autores, não são eficazes ao ponto de estabelecer uma maneira em que se possa reduzir, manter ou até mesmo aumentar os níveis de gastos públicos sem haja um déficit nas contas do governo e a perda de estado de bem estar da população.

3.2 Despesas governamentais: descrição

As despesas governamentais somam-se os gastos com as prestações de serviços e também com os repasses de verbas para outras unidades. Teoricamente, há uma divisão dos gastos em correntes e de capital e de maneira simplificada trata-se o primeiro como sendo os gastos necessários para a manutenção e ao funcionamento da máquina pública e o segundo como relacionado aos investimentos do governo.

As despesas correntes representam os gastos fixos do governo, relacionados a esse tipo de gasto estão os com pessoal e encargos sociais, como por exemplo, os militares, dos inativos, dos pensionistas, civis, os gastos com material de consumo e outras diversas despesas com custeio na máquina pública.

Outro tipo de gasto atrelado às despesas correntes são as transferências correntes que englobam inúmeras formas de repasses de verbas para uma unidade de governo.

As transferências intragovernamentais significam a alocação de recursos entre unidades do mesmo nível, ou seja, uma forma de cobrir o déficit de uma instituição pública com relação a suas despesas. As transferências intergovernamentais representam uma maneira encontrada pelas empresas públicas de caráter industrial, comercial ou agrícola, deterem liquidez através do compartilhamento de tributos, como o ICMS, o IPVA, o IPI, do governo federal. Já às transferências a pessoas, mostram o quanto o governo tem de dispêndio com inativos, pensionistas e programas sociais, e por fim, as transferências de recursos para os encargos da dívida pública, ou seja, o pagamento de juros pago pelos tributos captados da população.

Agora, com relação às despesas de capital, podem ser definidos com sendo os recursos destinados aos investimentos do governo, como construções de escolas, hospitais, asilos, creches, pontes, estradas, etc.

O último gasto de capital é feito com as amortizações de empréstimos internos e externos realizados pelos governos, no intuito da eliminação ou redução da dívida e conseqüentemente no futuro ter um dispêndio menor com encargos da dívida.

Realizada as especificações das despesas, por fim faz-se notar que quanto mais os recursos disponíveis e do governo estiverem atrelados a seus gastos, as despesas correntes, menor será a capacidade do mesmo em realizar investimentos nas áreas de educação, saúde, segurança, infraestrutura (estradas, portos, ferrovias e etc), uma vez que os recursos estarão sendo alocados com os pagamentos de pessoal e de juros da dívida, contraídas em determinado período.

4 RECEITAS PÚBLICAS

Relacionada com o potencial de intervenção do governo na economia, ou seja, na intenção de promover e controlar serviços prestados a população como saúde, educação, saneamento básico e etc. O governo utiliza-se de quatro meios

para arrecadar recursos sendo a emissão de títulos públicos, os empréstimos bancários, a emissão de moeda e a tributação, sendo que cada uma dessas maneiras geram consequências diversas.

Para Riani (2009 p 105) a emissão de títulos causa o endividamento do país e neste caso se refere à dívida interna, gerada devido aos juros elevados pagos pelo país, uma vez que os juros são utilizados para remunerar os investidores dos títulos públicos. Quando o governo utiliza-se da tributação, com isso tem a possibilidade de controlar a renda da população, visto que pode aumentar ou diminuir a incidência da tributação sobre o cidadão e, conseqüentemente, aumentando ou diminuindo a renda disponível ajustada em função dos propósitos da política econômica.

Riani (2009, p.120) exalta que a obtenção de receitas para o financiamento dos serviços públicos, o indivíduo deve ser taxado conforme sua habilidade de pagamento²³, sendo que os tributos devem ser universais e a tributação não deve influenciar o mercado, a fim de não torná-lo mais ineficiente.

O mecanismo da tributação, associado às políticas orçamentárias, intervém diretamente na alocação de recursos, e sua distribuição na sociedade pode, também, reduzir as desigualdades na riqueza, na renda e no consumo". A tributação é um instrumento pelo qual os indivíduos tentam obter recursos coletivamente para satisfazer as necessidades específicas da sociedade que normalmente requerem volumosos montantes de recursos que são impossíveis de serem financiados individualmente. (RIANI F., 2009, p. 120).

A tributação divide-se em categorias, afetando vários setores da economia, pode-se incidir sobre a renda dos indivíduos, as propriedades, a riqueza, os lucros empresariais, os salários e a produção e consumo de bens e serviços, a tributação sobre a renda é a maior fonte que o estado utiliza para arrecadar recursos.

A tributação sobre a riqueza é feita com base nos bens de propriedade, nos bens tangíveis e nos bens intangíveis. Contudo nota-se que existe uma separação para a cobrança, como a cobrança das propriedades no Brasil, leva-se o nome de IPTU, já os serviços e bens produzidos e comercializados no mercado comum são tributados de forma indireta, ou seja, o recolhimento do imposto já foi feito pelas empresas, tipo de impostos de leva o nome de ad valorem, como exemplo, o famoso ICMS, esse imposto indireto que se incidem já em sua produção, quando chega ao

mercado consumidor, vem com uma elevação de preço, devido ao imposto já incorporado.

O grau de incidência e a forma de tributar cabem aos governos decidirem, levando em consideração a sua quantidade e a sua forma de tributar, tendo em vista seus objetivos com relação à aplicação desses recursos captados junto à população. A divisão entre tributos diretos e indiretos, que se diferenciam basicamente na forma do governo cobrar da população, os diretos se destacam na cobrança via renda e riqueza dos indivíduos e os indiretos na cobrança do comércio comum na compra de bens e serviços. Cada país, com suas características econômicas adota a melhor forma de tributar, ou seja, os países centrais ou desenvolvidos têm por intuito tributar com maior incidência a renda e riqueza da população, com exemplo, a Suécia que tributa em 50% da renda pessoal anual. Já em países subdesenvolvidos, como o Brasil a característica principal é de tributar de forma indireta, maneira pelo qual penaliza a população menos favorecida, pois as alíquotas de alimentos, por exemplo não diferencia as pessoas que possuem maior renda das que possuem menor renda. Assim o governo tem a sua disposição uma maneira de diminuir a desigualdade social.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS RECEIRAS E A LRF

Similar às características das despesas públicas, as receitas públicas tem as mesmas separações. Receitas correntes significam basicamente os recursos captados através dos tributos, já as receitas de capital provem de empréstimos realizados pelo governo e também pela venda de ativos, como títulos públicos.

As receitas correntes recolhem recursos através de impostos cobrados por todas as esferas do governo. Na união tem – se os impostos sobre importações e exportações, território rural, produtos industrializados, crédito, câmbio, seguros e sobre grandes fortunas. Os estados cobram os seguintes impostos, sobre propriedade veicular (IPVA), transmissão por causa de morte ou doação (herança), sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços e transportes (ICMS). Os municípios por sua vez, se utilizam dos seguintes impostos predial ou territorial (IPTU), serviços e transportes. Além dos impostos, existem receitas advindas de

contribuições como de aposentadoria, exploração de recursos minerais etc. Não suficiente para custear a máquina pública os impostos se dispersam para áreas como patrimonial, que auferem impostos sobre receitas imobiliárias, aluguéis e dividendos, também sobre a indústria, serviços hospitalares, comerciais e agrícolas.

Outra forma de obter receita é através das transferências correntes. A transferência intragovernamental, são os recursos adquiridos das secretarias, e a intergovernamental são os recursos captados através dos estados e municípios que repassam as verbas a união, como exemplo, parte do ICMS e do IPVA, também por meio de convênios, como o feito com a Petrobras, quando a união consegue obter receitas, ou seja, parte de seus lucros são enviados para o governo federal. As multas feitas pelas polícias federais, civis e militares também tem uma parcela de sua rentabilidade destinada ao governo federal.

Já as receitas de capital que provem de empréstimos, ou operações de crédito obtidos do exterior ou internamente. Outra forma de obter receitas de capital é através de alienação de bens (ações, títulos, imóveis), contudo como a oferta desses tipos de bens é limitada, a obtenção de recurso tem seu potencial reduzido. Indenizações também são uma forma de captar recursos, porém não constante e de quantidade reduzida. O governo também faz transferências aos estados na forma que possam aumentar suas despesas de capital, ou seja, aumentar seus investimentos.

Após ver as especificações das receitas correntes e de capital, fica claro que quanto mais o país obtiver receitas provenientes de empréstimos, alienações de bens, sendo ela de receitas de capital, maior será o endividamento do país. Contudo se o governo utiliza-se da tributação como maneira principal recolhimento de recursos, e a forma escolhida de tributar for à indireta, a população de potencial de renda reduzido será penalizada, pois as alíquotas de alimentos, por exemplo, não diferencia quem possui maior renda das pessoas que dispõe de uma renda inferior.

5.1 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi criada no ano 2000 com o objetivo de prevenir riscos e corrigir possíveis desvios capazes de afetar as finanças

públicas, através da transparência e responsabilização dos atuais governantes. Com isso, o planejamento e o controle das finanças públicas ganha extrema atenção para que sejam executados de forma que maximizem a utilização dos recursos dispostos.

A criação de uma série de procedimentos fiscais e orçamentários, como forma de padronização da apresentação das contas públicas, facilitando uma análise, a criação de formas de conter os desperdícios. A Lei de Responsabilidade Fiscal procurou relacionar os gastos com pessoal e os estoques da dívida pública, os gastos com pessoal atrelou-se as receitas correntes líquidas de acordo com os níveis e poderes, ou seja, a divisão municipal, estadual e federal quanto aos gastos com pessoal.

No nível municipal a alíquota máxima é de 60% de recursos destinados para esse fim sendo que 54% são utilizados pelo executivo e 6% pelo legislativo. Já para o nível estadual, a fixação é também de 60%, com a divisão de 49% a ser utilizado pelo executivo, 6% pelo judiciário, 3% para o legislativo e 2% para o ministério público. Com o poder federal alíquota fixada é de 50% e sua distribuição se dá na forma que 40,9% destinados ao poder executivo, 6% ao judiciário, 2,5% para o legislativo e 0,6 para o ministério público.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção buscar – se - a caracterizar o desempenho financeiro da região sul do Brasil. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer uma estrutura dividida em setores, ou seja, indicadores de avaliação financeira e performance de despesas e receitas, os indicadores de ajuste fiscal e os indicadores de dívida pública.

6.1 Indicadores de avaliação financeira e performance: despesas

Para a análise das despesas foram feitas considerações as divisões entre, os investimentos e as inversões financeiras comparadas as despesas totais dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul juntamente com os encargos da dívida comparados as despesas totais e as amortizações das dívidas publicas em relação às despesas totais.

Para o cálculo do indicador de investimentos e inversões financeiras dividido pelas despesas totais de cada estado, denota o quanto dos recursos estão sendo destinados aos diversos investimentos, como aquisições de bens por exemplo.

O estado do Paraná apresentou ao longo do período de pesquisa uma queda ano a ano na destinação de recursos com essa finalidade. Como pode ser observado na tabela 02, no ano de 1995 o índice foi de 0,14 para os recursos totais destinados aos investimentos e inversões financeiras, já em 2008 ano que tem o segundo menor índice, obtemos o índice de 0,05 do dispêndio com investimento do total de recursos do estado paranaense. Contudo a pesquisa também notou que entre 1999 e 2000 houve uma variação diferente dos demais índices, 1999 registrou o índice de 0,52, aumento esse que pode ser explicado pelo polo automotivo de São José dos Pinhais e já 2000 novamente uma queda no índice, registrando 0,05, ou seja, uma crescente muito alta junto a uma queda brusca nos investimentos e inversões financeiras.

**TABELA 02 - DESPESAS COM INVESTIMENTO & INVERSÕES
FINANCEIRAS DIVIDIDO PELA DESPESA TOTAL**

Finanças Públicas do Estado de Santa Catarina			
Período	D. com Invest. & Inver. Financeiras. - R\$	D. Totais - R\$	Índice
1995	475.705.328	3.458.682.810	0,1375
1996	743.461.243	4.552.585.071	0,1633
1997	1.240.004.630	5.637.688.988	0,2199
1998	2.905.596.489	8.346.201.105	0,3481
1999	5.822.226.955	11.218.392.080	0,5190
2000	527.831.467	9.752.795.011	0,0541
2001	714.257.438	8.992.012.832	0,0794
2002	859.814.759	9.829.166.437	0,0875
2003	768.901.129	10.803.631.430	0,0712
2004	866.178.534	11.885.322.392	0,0729
2005	1.097.783.603	13.548.707.806	0,0810
2006	1.393.424.728	14.979.764.489	0,0930
2007	791.629.364	15.954.413.874	0,0496
2008	982.648.772	18.329.104.075	0,0536

Fonte: Tesouro Nacional

Já o estado de Santa Catarina como demonstrado na tabela 03 apresentou até o ano de 2000 uma trajetória com leve alta das despesas com investimentos e inversões, mas foi a partir de 1999 onde o índice passou de 0,10 para 0,18. Aumento esse que pode ser justificado devido às operações de integralização das ações do banco do estado de Santa Catarina – BESC.

**TABELA 03 - DESPESAS COM INVESTIMENTO & INVERSÕES
FINANCEIRAS DIVIDIDO PELA DESPESA TOTAL**

Finanças Públicas do Estado de Santa Catarina			
Período	D. com Invest. & Inver. Financeiras. - R\$	D. Totais - R\$	Índice
1995	76.296.143	2.618.310.865	0,029
1996	359.410.526	3.994.401.200	0,090
1997	258.762.081	4.152.006.661	0,062
1998	256.025.498	3.536.119.491	0,072
1999	380.090.796	3.801.908.492	0,100
2000	1.011.731.088	5.599.084.118	0,181
2001	309.750.873	4.959.632.598	0,062
2002	1.454.497.776	7.190.840.785	0,202
2003	562.821.631	7.063.866.303	0,080
2004	535.780.930	7.671.102.405	0,070
2005	736.976.857	8.957.984.916	0,082
2006	648.605.989	7.884.881.961	0,082
2007	609.181.410	8.876.009.400	0,069
2008	987.882.138	10.584.693.344	0,093

Fonte: Tesouro Nacional

Quando trata - se do caso específico do Rio Grande do Sul e analisando a tabela 04, verifica-se que houve um aumento gradual nas despesas com investimentos e inversões financeiras no período que compreende os anos de 1995 a 1998, sendo que no biênio 1997/1998 o índice merece destaque, pois passou de 0,148 para 0,261 em 1998. O aumento dos investimentos e inversões em 1999 pode ser justificado pela participação do governo nas duas montadoras de automóveis a General Motors e a Ford, cujo estado “associou-se” as mesmas numa tentativa de ampliar a produção de veículos, o governo do Rio Grande do Sul se comprometeu a realizar investimentos na ordem de US\$ 130 milhões para a instalação da GM em

Gravataí. De resultado, a General Motors concluiu a instalação da fábrica, mas a Ford, ao ter negado uma contrapartida financeira do estado, mudou os planos e instalou a planta no estado da Bahia, no polo de Camaçari.

**TABELA 04 - DESPESAS COM INVESTIMENTO & INVERSÕES
FINANCEIRAS DIVIDIDO PELA DESPESA TOTAL**

Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul			
Período	D. com Invest. & Inver. Financeiras. - R\$	D. Totais - R\$	Índice
1995	318.129.730	6.554.591.324	0,049
1996	803.516.568	8.435.058.869	0,095
1997	1.424.487.396	9.652.771.365	0,148
1998	3.362.172.894	12.882.785.761	0,261
1999	4.193.141.000	8.913.434.566	0,470
2000	715.391.580	10.206.106.810	0,070
2001	567.577.671	11.394.243.432	0,050
2002	445.344.230	12.619.638.515	0,035
2003	772.194.145	14.227.398.174	0,054
2004	658.226.742	15.391.164.235	0,043
2005	615.366.901	17.574.857.157	0,035
2006	664.375.415	19.001.474.589	0,035
2007	400.542.319	20.216.157.810	0,020
2008	660.801.121	24.000.074.231	0,028

Fonte: Tesouro Nacional

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diagnósticos elaborados com a utilização da metodologia dos indicadores de avaliação financeira e performance para a análise do perfil das contas de investimentos e inversões financeiras da região sul do Brasil, englobando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul permitem uma contextualização dessas contas em específico.

No caso específico do estado do Paraná verificamos que houve pouca alocação desses recursos. uma das tendências verificadas foi que nos últimos períodos de governo, os investimentos e inversões financeiras se reduziram ano

após ano. Esse fato pode ter gerado externalidades negativas, como por exemplo, a não reposição da frota de ambulâncias e viaturas de polícia, a falta de equipamentos hospitalares e em outros ambientes públicos.

No mesmo sentido do estado do Paraná, o estado de Santa Catarina pode – se verificar uma redução nos níveis de investimentos no estado colocando a prova o melhor desempenho dos serviços públicos prestados a população.

O estado do Rio Grande do Sul seguindo os demais estados que compõe a região sul do Brasil também acaba por deixar os investimentos, as inversões financeiras com uma parte pequena dos recursos. Observa-se a tendência dos investimentos e inversões financeiras diminuir ano a ano.

O fato dos três estados que englobam a pesquisa destinar poucos recursos para os investimentos do estado pode ser explicado por grande parte dos recursos estar sendo destinada aos gastos correntes, ou seja, gastos com pagamentos de pessoal ativo e inativo e juros da dívida, ou seja, todas as despesas que configuram-se na manutenção da máquina pública, proposição essa que não pode ser aqui afirmada.

Vale a pena destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu um norte as finanças públicas, ditando as regras e as metas a serem alcançadas para assim obterem resultados positivos. Com isso acarretou um menor investimento por parte dos governos, com a justificativa dos limites da LRF, optando por políticas neoliberais, deixando os indivíduos a deriva de alguns serviços públicos como exposto anteriormente.

8 REFERÊNCIAS

- BAUMOL, W. J. The Macro-Economies of Unbalanced Growth. **American Economic Review**, 57, jun./1967.
- HERBER, B. P. **Modern Public Finance**. 4. ed. Homewood: Richard D. Irwin, 1979.
- KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda: Inflação e Deflação**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MUSGRAVE, R. A. **Teoria das Finanças Públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo: Atlas, 1973.
- MATIAS, P. J. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia: Tratado Introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MUNHOZ, D. G. **Economia Aplicada Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

PEACOCK, A. T.; WISEMAN, J. **The Growth of Public Expenditure in the United Kingdom**. Londres: George Allen & Unwin, 1967.

RIANI, F. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

RICARDO, D. A. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Atlas, 1982.

ROSTOW, W. W. **Politics and the Stage of Growth**. Cambridge University Press, 1971.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/exec_orc_estados.xls> Acesso em: 15 jan. 2015.